



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

Mariana Alvarenga do Nascimento
José Carlos Godoy Camargo

RESUMO

Este artigo reflete sobre o desenvolvimento sustentável e seu papel na construção de uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida. São discutidos o conceito de desenvolvimento e a concepção de desenvolvimento sustentável. O trabalho conclui que o desenvolvimento sustentável só será possível se houver uma mudança de paradigmas e a sociedade capitalista rever seus valores e crenças com a finalidade de construir um mundo mais igualitário.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Meio Ambiente; Desenvolvimento; Mudança de Paradigma; Natureza.

ABSTRACT

This article contemplates sustainable development and its role in the construction of a fair society and better quality of life. It discusses the development concept and gives the conception of sustainable development. The paper concludes that sustainable development will only be possible if there is a paradigm change and the capitalist society reviews its values and beliefs with the purpose of building a more equalitarian world.

Keywords: Maintainable Development; Environment; Development; Paradigm Change; Nature

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

1. Introdução

O meio ambiente deixou de ser um tema exclusivo de ambientalistas radicais e cientistas que simpatizam com o assunto para se tornar um dos principais alvos da atenção da sociedade mundial.

Atualmente é consenso que os problemas não são locais mas globais, daí a idéia bastante difundida e discutida de que é preciso pensar globalmente e agir localmente. É seguindo esta linha de pensamento que aos poucos a sociedade, principalmente o “meio científico”, vem se dando conta de que para enfrentar as questões globais é necessário mudar a nossa postura diante do meio ambiente.

O meio ambiente já não é visto como uma coisa externa ao ser humano. Não é um pedacinho da natureza que utilizamos para descansar e “renovar as energias”. Ele faz parte do ser humano assim como fazemos parte da natureza. Ao religarmos com a natureza estamos religando-**nos** à nossa essência, estamos nos reencontrando e com isso caminhando rumo a um ser humano mais completo, que pensa e sente; que usa sua mente de forma criativa e inovadora na busca de um mundo melhor e que por isso mesmo incorpora a esse pensar dimensões éticas, morais, psicológicas e emocionais.

O caminho que estamos percorrendo na tentativa de alcançar um mundo mais justo e mais humano é longo e cheio de obstáculos. Estamos apenas no começo de um percurso que certamente se fará de erros e acertos, ambos importantes para o crescimento qualitativo de nossa sociedade.

O desenvolvimento muitas vezes requer mudanças profundas, abandono de valores e idéias arraigados e sua substituição por novas idéias e novos valores. É precisamente neste ponto que nossa sociedade capitalista se encontra atualmente; no ponto em que precisamos trocar velhos paradigmas por novos, que precisamos dar mais valor à natureza (“externa e interna”), em detrimento da constante busca por satisfação material.

O Desenvolvimento Sustentável, como utopia e meta a ser alcançada, é o melhor caminho para nossa sociedade, um caminho que exigirá esforço, dedicação e persistência. No entanto, é importante lembrar que das situações mais difíceis podem ser tiradas as lições mais valiosas.

2. Algumas Considerações Sobre o Desenvolvimento

As diversas crises que nossa sociedade está enfrentando - econômica, política, ideológica e ética - estão repercutindo em várias esferas da vida privada e pública. A atual crise energética é um bom exemplo de como o mau gerenciamento dos recursos naturais repercute na vida da sociedade. Toda a população teve que se adaptar ao programa de racionamento de energia, fato que, se por um lado foi ruim porque o ato não partiu da conscientização das pessoas acerca das questões ambientais e sim da ameaça de corte de energia e cobrança de tarifas, por outro permitiu que se configurasse um quadro favorável à mudanças nos hábitos e valores da população. Não se sabe ainda se a racionalização se tornará um hábito de todos ou não, cabe agora ao governo e à outras instituições, como escolas, creches, ONG's, e até empresas privadas, mostrarem quais os benefícios para a sociedade do uso racional da energia e dos demais recursos naturais.

A crise mundial do capitalismo também está engendrando mudanças nas formas de pensar e agir da sociedade. A questão ambiental é uma das linhas de discussão que mais cresce em todo o mundo. Questões como a preservação das matas ciliares, que até cerca de 40 anos atrás não eram sequer pensadas, hoje já são conhecidas por uma grande parcela dos proprietários de terras, ainda que nem sempre este conhecimento seja posto em prática.

Dentro da questão ambiental, uma linha de pensamento vem ganhando cada vez mais força e até pode ser considerado o "conceito da moda": o desenvolvimento sustentável. Desde o princípio da década de 60 a importância e as discussões acerca deste conceito vêm crescendo a ponto de, atualmente, o mesmo ser visto por alguns autores como a única forma de evitar o colapso da sociedade contemporânea. Porém como tudo tem dois lados, muitos pensadores duvidam da sua possibilidade de efetivação e de seu conteúdo. São justamente os diferentes pontos de vista que contribuem para o enriquecimento e ampliação acerca do tema em questão.

A discussão sobre desenvolvimento sustentável é ampla e abrange várias áreas do conhecimento (geografia, economia, ciências sociais, biologia, geologia, entre muitas outras). O fato de ser pesquisado por diferentes ramos do conhecimento constantemente gera pontos de vista diferentes e, muitas vezes, antagônicos. O desenvolvimento sustentável é visto sob vários ângulos e cada qual destaca um aspecto que lhe é mais importante. Estas diversas visões podem dar ao conceito um caráter contraditório, o que pode se tornar um entrave à sua aceitação pela sociedade. Existem até mesmo autores, como ESTEVA (2000) SACHS (2000), que acreditam que este conceito é em si tão contraditório que passa a ser mera ilusão. Essa falta de consenso gera certa imprecisão acerca do tema, fato que, se por um lado pode levar a uma confusão no entendimento e utilização do que realmente vem a ser desenvolvimento sustentável, por outro contribui para o enriquecimento da discussão e suscita reflexões mais profundas e argumentos mais sólidos.

No entanto, antes de discutir o que é e qual a sua importância, é pertinente que se faça uma breve reflexão sobre *desenvolvimento*.

2.1 - Desenvolvimento

No início do século XX, a palavra de ordem era "*progresso*". O progresso era a salvação e a saída para todos os problemas do mundo ocidental. Tudo era feito em seu nome, e não se mediam esforços para a sua chegada em todos os lugares. Se apenas uma parcela da população sentisse os seus benefícios, ou se o progresso se instalasse às custas da degradação ambiental, argumentava-se que "*este é o preço do progresso*".

Em meados do século passado, o termo foi substituído por "*desenvolvimento*", que, assim como o progresso, era a tábua de salvação dos países capitalistas. O discurso de posse do presidente norte-americano Truman, em 1949, deu início a uma nova era - a era do desenvolvimento (ESTEVA, 2000). Através de seu discurso, o Presidente Truman legitimou o subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que apontou o desenvolvimento como a única forma com que as nações subdesenvolvidas pudessem se elevar à condição de países desenvolvidos:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e o progresso das áreas subdesenvolvidas(...). O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de

uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN apud ESTEVA, 2000:60) .

Para este autor, o desenvolvimento como é visto hoje é apenas uma forma dos países capitalistas dominantes - liderados pelos Estados Unidos - se afirmarem como modelo a ser seguido e, deste modo, garantirem sua soberania e seu domínio no maior número de países, principalmente nos "subdesenvolvidos". Desenvolver, como pode ser visto claramente neste trecho do discurso do Presidente Truman, significava industrializar-se e crescer economicamente, apesar de sabermos que o crescimento econômico não necessariamente implica em uma distribuição justa dos recursos e do capital. Industrializar, crescer economicamente, investir nos avanços científicos. O conceito de progresso inclui palavras iguais e/ou semelhantes: crescimento, aperfeiçoamento, adiantamento e melhoramento contínuos. Dá a idéia de um desenvolvimento linear, de um movimento para adiante através do qual a sociedade, apoiada no desenvolvimento de novas tecnologias e no progresso da indústria, poderá sanar todos os seus problemas. Pode-se perceber que há uma grande semelhança entre a idéia de progresso e seus valores implícitos e a imagem geralmente disseminada de desenvolvimento. Mudam-se os nomes, conservam-se as formas...

Estas idéias sobre desenvolvimento tinham respaldo na forma de vida da sociedade capitalista e nas teorias científicas elaboradas principalmente nas universidades - o que significa que os estudiosos e as pessoas, de uma maneira geral, também acreditavam que o desenvolvimento era a melhor saída para os países pobres. SINGER (1980:28) afirma que o *"Desenvolvimento Econômico é o processo histórico pelo qual Economias Coloniais são transformadas em Economias Industrializadas (...). Desenvolvimento Econômico é essencialmente uma redivisão do trabalho"*.

Esta noção de desenvolvimento legitimou o discurso desenvolvimentista dos países "desenvolvidos". Neste sentido CASTORIADIS (1987: 141) constatou que se queria fazer acreditar que *"o estado normal de uma sociedade, o que era considerado como estado de maturidade e que se designava por este termo que aparentemente não exigia elucidação, consistia na capacidade de crescer indefinidamente. Outros países e sociedades eram naturalmente considerados como menos maduros ou menos desenvolvidos, e seu principal problema era definido como a existência de 'obstáculos ao desenvolvimento' "*. A necessidade de crescimento indefinido e baseado no modelo dos países desenvolvidos deixa mais nítida a impressão de que não houve uma grande evolução no conceito de desenvolvimento em relação ao de progresso, as bases de sustentação de ambos nos parecem as mesmas.

Os *"obstáculos ao desenvolvimento"* poderiam ser superados se os países *subdesenvolvidos* seguissem o modelo dos desenvolvidos. Seguindo esta linha de pensamento, a nações subdesenvolvidas começaram a agir em prol do desenvolvimento, e neste sentido não pouparam (e ainda não poupam) esforços para se alcançar o tão almejado desenvolvimento. A diminuição do protecionismo nacional e da intervenção do Estado na economia, características do período neoliberal em que vivemos, foram algumas das medidas tomadas a fim de caminhar rumo ao desenvolvimento que tiveram sérias repercussões na economia e, conseqüentemente, para a população. De acordo com HERNANDEZ (1999:3), *"(...) El fin del Estado social y del proteccionismo de los más débiles ha desperfilado los estados nacionales y disminuido las capacidades locales y nacionales de negociación con el mundo desarrollado. Ahora cada país quiere alcanzar a cualquier precio el anhelado progreso y desarrollo"*.

Esta forma de desenvolvimento, que para ser alcançada deve seguir o modelo dos países desenvolvidos, é impossível não só porque desenvolvimento/subdesenvolvimento constituem uma unidade contraditória como também por ignorar as individualidades e especificidades de cada lugar e de cada país. Independentemente dos hábitos, tradições e necessidades de cada povo, todos deveriam seguir a cartilha dos países dominantes a fim de atingir um "bom" nível de desenvolvimento. Isto ocorre porque se parte do princípio da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo (ESTEVA, 2000).

Este é o único caminho e única opção que os países subdesenvolvidos possuem para poderem um dia atingir o nível de vida dos países desenvolvidos. Essa premissa, no entanto, pode ser questionada em vários aspectos. Em primeiro lugar, não se pode esperar homogeneidade e linearidade de evolução de todos os países do mundo, haja vista a diversidade cultural, histórica, ambiental, religiosa e de costumes de cada país tanto em relação aos outros países quanto às diferenças internas. Em segundo lugar, devido justamente a estas diferenças, os "benefícios" do desenvolvimento podem interessar à um país e não ser tão significativo para outros. Existem povos que não querem nem precisam deste tipo de desenvolvimento, pois eles possuem suas próprias crenças e hábitos. Levar esta forma de desenvolvimento para alguns destes povos pode ser um retrocesso com significativa perda da qualidade de vida.

O depoimento abaixo, de um participante da Audiência Pública da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente - CMMAD - em outubro de 1985, exprime bem este fato:

Vocês falam muito pouco de vida e falam muito em sobrevivência. É muito importante lembrar que quando acabam as possibilidades de vida começam as possibilidades de sobrevivência. Há povos, aqui no Brasil, especialmente na região amazônica, que ainda vivem, e esses povos que ainda vivem não querem decair ao nível da sobrevivência.

Por último, é importante ressaltar que para que "o Terceiro Mundo pudesse 'desenvolver-se', era preciso que se modificassem as estruturas sociais, as atitudes, a mentalidade, as significações, os valores e a organização psíquica dos seres humanos" (CASTORIADIS, 1987: 142).

É importante ressaltar também que a condição de riqueza de um país depende da pobreza de outros, do mesmo modo que o desenvolvimento de algumas nações depende do subdesenvolvimento de outras. Riqueza e pobreza, desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas faces de um mesmo processo e, portanto, o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas é apenas um discurso e uma forma de mantê-las sob controle, colocando para os governantes e para população uma meta impossível de ser alcançada, mesmo porque se todos os países se desenvolvessem, o subdesenvolvimento não existiria mais e, com isso, a noção de desenvolvimento, essencialmente comparativa, também deixaria de existir.

Neste sentido FURTADO apud CAVALCANTI (1998:170) afirma que "o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria (...). O desenvolvimento econômico - a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos - é simplesmente irrealizável". Seria impossível na economia capitalista que um dia todas as nações alcançassem o nível de desenvolvimento atual dos países desenvolvidos. Em primeiro lugar porque a lógica capitalista não admite igualdade entre os "elementos" que fazem parte do seu

sistema, em segundo, porque seriam impostos limites para o desenvolvimento (que atualmente possui poucos), na medida que os recursos naturais são finitos e não seriam suficientes para promover o desenvolvimento, em sua forma atual, de todos os países.

Se o desenvolvimento respeitasse as especificidades de cada região é possível que nem houvesse desenvolvimento (nos moldes concebidos pelas sociedades capitalistas) em muitas nações do mundo. Portanto, desenvolvimento, para algumas culturas, poderia significar não-desenvolvimento ou mesmo um retrocesso. Contudo, apesar de contraditória e equivocada, a premissa da unicidade, linearidade e homogeneidade é essencial ao discurso desenvolvimentista dos países capitalistas dominantes.

De acordo com ESTEVA (2000), o desenvolvimento fracassou porque não enxergou o homem como um ser e sim como o homem econômico, um bem. Atualmente, de tantos significados diferentes que lhe foram atribuídos, não se sabe precisamente o que vem a ser desenvolvimento. *"Na Enciclopédia de todos os sistemas de ensino e educação, publicada na Alemanha, o verbete para 'desenvolvimento' indicava que esse conceito é usado para quase tudo que o homem tem e sabe"* (IDEM, 2000:63).

3 - O que é Desenvolvimento Sustentável?

Se considerarmos que desenvolvimento - por ter várias significações e ao mesmo tempo nenhuma, na medida que é tão contraditório que ele mesmo se nega - é um conceito fadado ao desaparecimento, então não se deveria nem falar em desenvolvimento sustentável. Segundo ESTEVA (2000), o conceito de desenvolvimento está agonizando há muitas décadas, e cada vez que parecia que iria cair em desuso, ele surgia com uma nova forma e/ou nome.

Assim, primeiramente o desenvolvimento estava restrito a fatores econômicos. Com o passar do tempo, percebeu-se que fatores sociais e culturais também deveriam ser englobados na idéia de desenvolvimento. Ultimamente os inúmeros problemas sociais, econômicos e políticos que não foram resolvidos com a política de desenvolvimento acabaram esbarrando com os limites impostos pelo caráter finito dos recursos naturais e obrigando a inclusão da questão ambiental na reflexão sobre desenvolvimento, dando origem ao desenvolvimento sustentável. Por este motivo, de acordo com SACHS (2000:121):

... sempre que nos últimos 30 anos, os efeitos destrutivos do desenvolvimento eram reconhecidos, o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia (...). Na mesma trilha, o Relatório Brundtland incorporou a preocupação com o meio ambiente para dentro do conceito de desenvolvimento, erigindo o 'desenvolvimento sustentável' como abrigo conceitual tanto para agredir quanto para sanar o meio ambiente.

As discussões sobre a degradação do meio ambiente e suas conseqüências começaram a ganhar peso na década de 60 e se intensificaram a partir do início dos anos 70, com a contribuição do *Clube de Roma* e da *Conferência de Estocolmo*, em 1972, na Suécia.

Desde então a idéia de Desenvolvimento Sustentável vem sendo muito discutida, ainda que o termo usado nem sempre seja este. Em 1970 o conceito de ecodesenvolvimento, usado pela primeira vez pelo canadense Maurice Strong, estava relacionado a uma concepção alternativa de política de desenvolvimento. No entanto, foi Ignacy Sachs quem desenvolveu os princípios básicos do ecodesenvolvimento e ampliou sua discussão.

Em 1974, a Declaração Cocoyok contribuiu para o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento. Suas posições foram aprofundadas através do *Relatório de Dan-Hammarskjöld*, em 1975. Até esta data, com exceção da discussão sobre o ecodesenvolvimento, as reuniões que tratavam da problemática ambiental tinham em comum a preocupação com a questão populacional ¹. O crescimento da população mundial é visto como um dos grandes vilões da degradação ambiental e muitas vezes a pobreza foi apontada como a maior responsável pelo aumento populacional, como pode ser visto através de uma das hipóteses levantadas pela *Declaração Cocoyok*: "a explosão populacional tem como uma das causas a falta de recursos de qualquer tipo: a pobreza gera o desequilíbrio demográfico" (BRÜSEKE, 1998:32).

É importante ressaltar, no entanto, que o crescimento demográfico, ao contrário do que é sugerido, não se constitui no problema em si, ele é apenas o reflexo de problemas *estruturais* mais profundos da nossa sociedade. O crescimento desenfreado da população é o reflexo das condições sociais, econômicas e culturais do modelo econômico atual. Populações com níveis de educação mais elevados e com melhores condições de vida crescem menos do que aquelas nas quais as condições econômicas são piores, haja visto o exemplo de muitos países europeus que, ironicamente, já vêm enfrentando problemas devido ao crescimento demográfico negativo.

Na década de 80, quando da elaboração do *Relatório Brundtland*, o combate à pobreza é apontado como uma das metas para que nossa sociedade alcance níveis satisfatórios de sustentabilidade. O relatório sublinha "a interligação entre a economia, tecnologia, sociedade e política e chama atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual" (BRÜSEKE, 1998:33). Foi daí que surgiu o conceito de que "desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades"

O último grande debate sobre desenvolvimento e meio ambiente ocorreu em 1992, com a ECO-92, onde "a interligação entre o desenvolvimento sócio-econômico e as transformações no meio ambiente, durante décadas ignorada, entrou no discurso oficial da maioria dos governos do mundo" (BRÜSEKE, op.cit).

Estes relatórios e declarações foram importantes porque sistematizavam e reuniam o que estava sendo discutido sobre desenvolvimento e meio ambiente em cada momento. Os debates desenvolvidos ao longo dos anos por indivíduos e grupos de diferentes culturas e que vivem sob condições sociais, econômicas e políticas diferentes, são fundamentais para o enriquecimento de qualquer conceito, incluindo aí o de desenvolvimento sustentável, que atualmente está relacionado não só aos problemas ambientais, mas também aos problemas sociais, econômicos e culturais, os quais estão necessariamente interrelacionados.

De acordo com LEIS (1999:154), o desenvolvimento sustentável possui basicamente três dimensões: ambiental, social e econômica:

A sustentabilidade ambiental do desenvolvimento refere-se à base física do processo produtivo e da vida social, apontando tanto para a conservação do estoque dos recursos naturais necessário para dito processo, como para a proteção dos ecossistemas naturais, mantendo suas condições paisagísticas, assim como sua capacidade para absorver as agressões entrópicas.

A sustentabilidade social do desenvolvimento refere-se à qualidade de vida das populações. O autor sugere que este aspecto pode associar-se ao conceito de desenvolvimento humano difundido amplamente pelas Nações Unidas, o qual diz respeito à formação, expansão e utilização das capacidades humanas. Os relatórios da ONU propõem um índice de desenvolvimento humano, que define valores (saúde, física e mental, educação, amadurecimento do indivíduo, satisfação das necessidades espirituais e culturais, etc.) a fim de se mensurar o nível de qualidade de vida. Em relação à representação numérica do *"índice de qualidade de vida"*, deve-se ter cautela quanto a sua utilização. É certo que o modo de pensar contemporâneo *"exige"* que quase tudo seja demonstrável numericamente, porque assim pode ser considerado um raciocínio lógico. Por este motivo está sendo proposto um índice de qualidade de vida, cujo propósito é facilitar a ação dos órgãos responsáveis pelo bem estar da população. Porém, medir de forma satisfatória os níveis de amadurecimento do indivíduo, de sua satisfação espiritual e cultural e o seu grau de realização pessoal, é uma tarefa praticamente impossível, a não ser que seja obtido um índice baseado em elementos superficiais. É preciso cautela e maturidade para trabalhar com estes números; deve-se lembrar sempre que se tratam de uma redução da realidade, e que por isso, não são confiáveis em todas as situações.

Por último, a sustentabilidade econômica do desenvolvimento *"está colocada como crescimento econômico contínuo sobre bases não predatórias, tanto para garantir a riqueza como para eliminar a pobreza (...) e fazer os investimentos que permitam a mudança do modelo produtivo para tecnologias mais sofisticadas e apropriadas"* (LEIS, 1999:155).

Estes três aspectos do desenvolvimento sustentável deixam claro que este termo não se refere a apenas uma instância da vida contemporânea, e sim de uma visão holística da realidade. É precisamente neste sentido que Ignacy Sachs desenvolveu o conceito de ecodesenvolvimento, *"definido como um desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente"* (SACHS, 1986:110). De acordo com este autor o ecodesenvolvimento possui cinco dimensões:

1. Sustentabilidade econômica: tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados;
2. Sustentabilidade social: a meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;
3. Sustentabilidade ecológica: os padrões de produção e de consumo devem respeitar os limites do meio ambiente. É importante intensificar o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;

4. Sustentabilidade espacial: deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;
5. Sustentabilidade cultural: incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados (SACHS, 1993:38-9).

SACHS (1986) e LEIS (1999) compartilham de idéias parecidas quando se trata de ecodesenvolvimento, mas, de acordo com o que já foi exposto, há muita divergência ao se tratar do tema. Como se não bastassem os problemas relativos ao conceito - ou mesmo à existência do desenvolvimento sustentável - outro grande problema ameaça sua consolidação: a impossibilidade de viabilização de um desenvolvimento realmente sustentável no mundo capitalista ocidental. *"A disseminação de uma 'consciência ecológica' e a proliferação das declarações diplomáticas contrastam, entretanto, com a flagrante incapacidade da maior parte das nações e organismos internacionais de fazer frente à natureza global da questão"* (VIEIRA, 1995:45). As ações no sentido de se alcançar o desenvolvimento sustentável muitas vezes se confrontam com a lógica capitalista.

Não é possível, dentro deste modelo econômico, haver igualdade social, econômica ou tecnológica na medida que os interesses da minoria dominante (lucros cada vez maiores, enriquecimento rápido, preocupação com o bem-estar individual em detrimento do coletivo, etc.) confrontam diretamente com as ações necessárias à maior igualdade social e econômica no mundo. E se não existem os "tipos de sustentabilidades" mencionados acima, não pode haver sustentabilidade política (que procure assegurar qualidade de vida a todos os indivíduos), pois, como não poderia deixar de ser, as políticas e a maior parte dos políticos estão a serviço e garantem os interesses dos capitalistas, das grandes empresas, dos países ricos, etc. em detrimento da maioria da população, que fica à margem deste desenvolvimento. E como todos estes fatores estão relacionados, não é possível que haja sustentabilidade ecológica, daí surgem então as questões: de que forma é possível preservar os recursos naturais se sua exploração é a base da nossa economia? Como respeitar a natureza se ela é fonte de lucro e riqueza?

Em países capitalistas todos os investimentos feitos visam o lucro imediato, a vantagem é obter o maior lucro com o menor custo. Desde o surgimento da economia capitalista até aproximadamente uma década atrás, a maioria absoluta dos investidores acreditava que preservar o meio ambiente significava um aumento nos custos e estagnação no lucro; ganho com a preservação, se houvesse, seria a médio ou longo prazos, e isto não interessava. Felizmente, esta mentalidade vem mudando aos poucos. Hoje há um "respeito" maior pelo meio ambiente por parte das empresas, ainda que nem sempre este "respeito" seja sinônimo de consciência da importância do meio ambiente ou de práticas efetivas. Muitas vezes os investimentos que beneficiam a natureza são feitos porque a empresa terá incentivos fiscais, ou aumentará seu poder de marketing, ou simplesmente porque deve cumprir com as exigências das leis ambientais.

Este caminho rumo à preservação da natureza, baseado em interesses particulares e não em princípios éticos e morais, não é o melhor modo de se tentar construir uma sociedade mais justa, porém é a maneira que nossa sociedade encontrou para tentar alcançar melhores níveis de qualidade de vida. Este é o reflexo mais fiel da filosofia e do modo de vida ocidental. Nossas crenças, hábitos e cultura, enfim, o modo de vida ocidental capitalista, nosso *"american way of life"*, nos leva a pensar no *indivíduo*, no eu em detrimento do coletivo e do bem estar social.

A recente onda de ambientalismo retrata bem este "modo ocidental de pensar". Na maioria das vezes, a preocupação com o meio ambiente não é pelo meio ambiente em si, pelo que ele representa e por sua importância; mas sim pelos danos que a superexploração da natureza possa causar ao homem e aos seus desejos de crescimento e desenvolvimento. A conservação da natureza só se torna importante com ameaça do colapso do modo de vida da nossa sociedade ou até mesmo do comprometimento da nossa sobrevivência. Essa conservação é pensada como a preservação mínima dos recursos naturais a fim de garantir nossa sobrevivência e o "desenvolvimento" dos países ². *"No passado nos preocupamos com impactos do crescimento econômico sobre o meio ambiente; somos agora forçados, conclui o Relatório Brundtland, a nos preocupar com o impactos do estresse ecológico - degradação do solo, tratamento da água, atmosfera e florestas - sobre nossos projetos econômicos"* (NOSSO FUTURO COMUM, 1991:05).

O que foi discutido até aqui sobre desenvolvimento e modo de vida capitalista ocidental, nos leva a pensar que desenvolvimento sustentável é um conceito que se contradiz e que, por este motivo, não existe ou é apenas uma utopia. Neste sentido, a sustentabilidade pode ser considerada como um recurso discursivo, *"imposto por pressões externas, com significados múltiplos, uma espécie de refrescante em um mundo desutopizado, pragmático, instrumentalista e anti-metarrelatos"* (HERNANDEZ, 1999:1), ou seja, a discussão sobre desenvolvimento sustentável seria apenas uma forma de "desencargo de consciência", já que sua efetivação é praticamente impossível devido às contradições entre suas premissas e a economia capitalista.

No entanto, se nos atermos aos fatos que tornam o desenvolvimento sustentável insustentável - que chamaremos de "nós" - veremos que, obviamente, eles só são contraditórios porque estão sendo vistos sob a ótica capitalista. O Protocolo de Kioto, proposto em 1997, exemplifica bem esta situação. Os EUA alegam que adotar as medidas de exigidas pelo tratado prejudicaria sua economia interna, e isso é inadmissível. No entanto, assinar o tratado de Kioto só é economicamente inviável para os EUA se visto sob a ótica capitalista, que visa a maximização dos lucros e a minimização dos custos (ainda mais quando os custos serão divididos por todos os países enquanto que os lucros não). Se o nosso sistema econômico primasse também pela qualidade de vida (de toda a população e não só de uma minoria) e pela ética, a participação dos EUA no tratado, mais do que viável, seria uma obrigação. Em síntese: o desenvolvimento sustentável só é possível de ser alcançado se houver uma *mudança de paradigmas*, de mentalidade e de valores.

4 - Conclusão: Rumo a uma Sociedade mais Sustentável

O que podemos fazer é destruir os mitos, os quais, mais que o dinheiro e as armas, constituem o mais formidável obstáculo no caminho de uma reconstrução da sociedade humana. (CASTORIADIS, 1987: 148)

Ultimamente vem se formando uma corrente de pensadores que acreditam que a mudança de paradigmas e, portanto, de valores é o único meio de se chegar a uma sociedade sustentável. CAVALCANTI (1998) deu suporte a esta idéia através da comparação de dois modos de vida diferentes e antagônicos: o dos índios da Amazônia e o dos Estados Unidos. Além da óbvia conclusão de que os índios viviam

de maneira sustentável e os norte-americanos não, o autor procurou demonstrar que existem alternativas ao modo de vida ocidental que convivem mais harmonicamente com a natureza. Nossos valores estão baseados na aquisição crescente de bens materiais que, além de não garantirem a satisfação de cada indivíduo como ser humano, ainda se dá às custas da degradação cada vez maior dos elementos da natureza.

De acordo com ROHDE (1998: 42), quatro fatores principais tornam a civilização contemporânea claramente insustentável a médio e longo prazo:

1. Crescimento populacional humano exponencial;
2. Depleção da base de recursos naturais;
3. Sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética;
4. Sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material.

Esses fatores refletem o modo contemporâneo de pensar e agir e caso não haja uma mudança profunda destes valores, não há como se esperar a construção de uma sociedade sustentável. *"A passagem do atual mundo desintegrado para um em que o desenvolvimento seja sustentado (com sua implícita melhoria na qualidade de vida) exige radical migração da situação presente de insustentabilidade planetária para outro modelo civilizatório"* (ROHDE, 1998: 42).

VIEIRA (1995:46) também segue esta linha de pensamento ao afirmar que *"progressos mais substanciais no sentido da contenção das causas estruturais da 'questão ambiental' deverão envolver um padrão muito mais drástico de modificação de mentalidades, valores e atitudes, além de um processo científico e politicamente mais coordenado de criação de suportes institucionais adequados para a viabilização de políticas preventivas, integradas e participativas"*. O paradigma holístico deve se fortalecer em detrimento da visão dualista e racional.

E como avançar em direção a uma sociedade mais sustentável? A resposta a esta pergunta foi discutida por HERNANDEZ (1999), o qual acredita que a participação do cidadão, a descentralização do Estado (que é diferente de privatização porque descentralizar é no sentido de dar mais poder às decisões locais e regionais, de diminuir o poder "centralizador" do Estado), o respeito às diferenças culturais, e a preservação do meio ambiente são as formas mais eficazes de ação rumo a sustentabilidade da sociedade.

O exercício da cidadania diz respeito à participação ampla dos indivíduos nas tomadas de decisão. Principalmente nos países mais pobres, se é cidadão somente nos períodos de votação e durante algumas manifestações isoladas. No entanto, a cidadania plena implica na participação da população na tomada de decisões de todas as medidas que terão influência direta ou indiretamente na sua vida. Participação esta que, como foi enfatizado por HERNANDEZ (1999), torna-se mais fácil e viável quando se tratam de decisões locais e/ou regionais. Em primeiro lugar, porque a população se mobiliza mais facilmente para ajudar a encontrar soluções para as situações que elas estão vivenciando. Em segundo, é mais fácil resolver problemas em menor escala e trabalhar com um número menor de pessoas. Por último, é importante lembrar que cada indivíduo ou comunidade deve decidir qual é a melhor maneira de resolver seus problemas. Culturas diferentes exigem soluções diferentes. Neste sentido é importante levar em conta que culturas diferentes se relacionam de maneiras distintas com o meio ambiente e, por isso, um mesmo problema pode ter soluções diversas, cada qual

correspondendo a uma determinada cultura. O respeito às diferenças culturais (sustentabilidade cultural) é um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

LEIS (1999:153), argumenta que a diversidade de interpretações acerca deste conceito, o que dificulta sua efetivação, deriva da tensão induzida pela ética no campo da economia e da política. Em outras palavras, não se chega a um consenso de qual variável - o Estado, a sociedade civil ou o mercado - deve ter mais peso nos processos de decisão. Estas tensões *"surtem das diversas preferências institucionais para conduzir o processo de transição de uma sociedade sustentável. São três as preferências básicas"*:

1. A primeira, mais estatista, considera que a qualidade ambiental é essencialmente um bem público que somente pode ser resguardado eficientemente através de uma intervenção normativa e reguladora do Estado;
2. A segunda prioriza a sociedade civil por considerar que as organizações de base, grupos comunitários, movimentos sociais e ONGs devem ter um papel predominante na transição para uma sociedade sustentável. Seus defensores desconfiam do Estado e do mercado como alocadores de recursos;
3. A terceira afirma que o mercado, através de sua lógica, pode avançar eficientemente em direção de uma sociedade sustentável desde que esta lógica seja acompanhada de uma significativa apropriação privada dos recursos naturais e da expansão dos consumidores verdes.

A discussão acerca do papel dos diferentes atores sociais não implica na exclusão automática das duas variáveis restantes quando da escolha de uma delas. Pelo contrário, o ideal é que fosse feito um balanceamento entre elas e se tentasse alcançar, em cada situação específica, um equilíbrio, podendo variar a importância de cada ator dependendo da questão que será abordada.

Discutir equilíbrio, igualdade, justiça e sustentabilidade na atual conjuntura mundial pode parecer utopia, e talvez o seja. Mas se a humanidade não estabelecer metas a serem alcançadas, se acreditarmos que nada pode mudar, então realmente nada mudará. Não se trata de acreditar que as mudanças necessárias a uma sociedade mais justa se darão de uma hora para a outra, no período de tempo de um governo, por exemplo. Este é um trabalho longo que exigirá árduos esforços por parte dos governos (através de políticas internas e externas), da sociedade civil e dos demais setores da sociedade.

Através de ações locais e globais coordenadas podemos caminhar aos poucos no sentido de um mundo melhor. E para não nos perdermos no meio deste longo caminho, devemos ter bem claras as metas e objetivos que almejamos. *"A longa luta somente será vencida no dia em que for possível esquecer o adjetivo "sustentável" ou o prefixo "eco" ao se falar em desenvolvimento"* (SACHS, 1993:54).

NOTAS

1. Para melhor entendimento da relação população x desenvolvimento consultar o livro Dinâmica populacional e Desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no

desenvolvimento econômico, do economista Paul Singer.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

2. A este respeito ler um texto da física indiana Vandana Shiva que discute como o "mundo" ocidental se relaciona com a natureza de modo diferente do oriental. É interessante notar que até mesmo os ambientalistas e "estudiosos da natureza" ocidentais não conseguem escapar deste modo individualista de ver a natureza, que precisa ser preservada para que consigamos sobreviver.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSEKE, Franz Josef. *O Problema do Desenvolvimento Sustentável*. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CAVALCANTI, Agostinho P. Brito (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Planejamento: Bases Teóricas e Conceituais**. Fortaleza: Universidade do Ceará/ Imprensa Universitária, 1997.

CAVALCANTI, Clóvis. *Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica*. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto/2: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: SACHS, Wolfgang (org). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HERNANDEZ, Jorge Rojas. **Cómo avanzar hacia una sociedad más sustentable?** Ponencia presentada al XXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, ALAS, Universidad de Concepción, Chile, 1999.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes, Santa Catarina: UFSC, 1999.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ROHDE, Geraldo Mário. *Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentável*. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. *Transição para o século XXI*. In: BURSZTYN, Marcel. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SACHS, Wolfgang. *Meio Ambiente*. In: SACHS, Wolfgang (org). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SHIVA, Vandana. *Recursos Naturais*. In: SACHS, Wolfgang (org). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, Paul. **Dinâmica Populacional e Desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Hucitec, 1980.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

[\(VOLTAR AO TEXTO \)](#)

Mariana Alvarenga do Nascimento

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE, UNESP - Rio Claro.

marialvarenga@bol.com.br

José Carlos Godoy Camargo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE, UNESP - Rio Claro.

Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas

IGCE, UNESP - Rio Claro.

Rua 10, 2527. Cep. 13500-230. Rio Claro - São Paulo - Brasil.

Fone: (0XX19) 526 2244

SUMÁRIO

OLAM - Ciênc. & Tec.

Rio Claro Vol 2
ISSN 1519-8693

nº 2 p. 149 - 168
www.olam.com.br

Novembro / 2002